

JULIO MESQUITA
(1891 - 1927)

25 SET 1985

JULIO DE MESQUITA FILHO
(1927 -)

Língua Lík

E aqui dentro que se deve lutar contra a recessão

Ao comentarmos ontem o discurso do presidente Sarney na Assembléia da ONU, na parte em que ele discorria sobre os problemas criados pela dívida externa dos países latino-americanos, dissemos que ele colou as coisas numa perspectiva correta. Aliás, fomos os primeiros, na imprensa brasileira, a dizer, já há três anos, que realmente a solução construtiva e definitiva para esse magnifico problema internacional só poderia ser buscada e encontrada num entendimento político de alto nível entre governos dos países credores e dos países devedores. A exemplo do que ocorreu no final da II Guerra Mundial — como muito bem lembrou o presidente Sarney —, o mundo precisa fazer um esforço especial e extraordinário para superar esse obstáculo ao desenvolvimento e esta ameaça a sua segurança social. Esforço que, evidentemente, ultrapassa os limites das empresas privadas, por mais poderosas que sejam, e das entidades plurinacionais. É algo que somente pode ser equacionado no plano político mais alto, ou seja, de Estados.

Coerentes com essa visão, não tivemos dúvida em dizer as palavras do presidente Sarney, embora sem ilusões sobre a possibilidade de se conseguir algo de concreto em termos de mudanças substanciais no tratamento da dívida a curto prazo.

Mas agora queremos chamar a atenção do nosso público leitor para o perigo de nos deixarmos iludir todos — incluindo o próprio presidente — pela euforia superdimensionada que sua presença na ONU andou despertando por aqui. Na verdade, nada de concreto aconteceu para mudar as dimensões e a natureza dos nossos problemas — externo e interno. E é preciso também não nos confundirmos a respeito de qual o problema principal. Por exemplo, a maneira como o presidente colocou as coisas dá a impressão de que o ajuste é sócio, que nos custou tanto esforço, nos impõe também uma recessão e, portanto, ou aliviamos os termos desse ajuste ou mergulharemos ainda mais na recessão.

Isso não é verdade. O esforço exportador para gerar um superávit comercial é que nos tirou da recessão. Foi exatamente o sucesso do ajuste externo — o reequilíbrio das contas com o Exterior e a reconstrução das nossas reservas cambiais — que permitiu a já agora crescente reativação da nossa economia. Estamos fora da recessão porque foi feito o ajuste externo — isso é que precisa ficar claro.

O perigo de uma nova recessão não vem, no momento, das contas externas, nem da pressão dos credores, nem das imposições do FMI. Vem da caótica desordem das finanças públicas e da inflação interna. Não é, pois, a dívida externa que pesa em nosso horizonte e inibe o nosso trabalho. É a dívida interna e as perspectivas da sua evolução. Essa é a segunda coisa que precisa ficar muito clara na cabeça de todos.

O presidente Sarney fez bem em apostrofar as estruturas iniquas e obsoletas dos sistemas financeiro e mercantil internacionais. O mundo precisa e deve rever tais estruturas. Mas não é por causa delas que nosso horizonte se mostra sombrio. É por causa de estruturas, práticas e praxes internas nossas, não apenas obsoletas, mas decididamente irrationais e prejudiciais ao desenvolvimento.

O déficit do setor público brasileiro — que verdadeiramente nos ameaça de mais inflação e de nova recessão — é a manifestação financeira visível da obsolescência das nossas estruturas governamentais, das nossas práticas e das nossas praxes, em termos de concepção da economia e de administração governamental. Como corrigir esse déficit é o grande desafio da economia brasileira no momento.

O que nossa intuição e nossa experiência nos indicam é que o governo se prepara para corrigir o déficit exclusivamente pela via equivocada e perniciosa do aumento de receitas fiscais — tributos ou tarifas. Toda a conversa sobre corte de gastos não nos iludi até agora. Se o governo realmente pretende reduzir um déficit previsto de 211 trilhões de cruzeiros no ano que vem (em cruzeiros de 1986) para 118 trilhões de cruzeiros (ou seja, reduzi-lo em 93 trilhões de cruzeiros de 1986), precisa esclarecer imediatamente qual a contribuição dos cortes efetivos de gastos nessa economia de 93 trilhões de cruzeiros. Pelas tradições que conhecemos, e pelo próprio desempenho do novo governo até agora, temos o direito de imaginar que essa contribuição vai ser nula e, portanto, os 93 trilhões de cruzeiros de economia serão arrancados dos contribuintes e dos consumidores de serviços públicos, em termos de impostos e reajustes tarifários.

Um arrocho fiscal dessa dimensão é inteiramente incompatível com a proclamação feita pelo presidente Sarney, na entrevista aos editores de publicações estrangeiras, de que a empresa privada é que terá a função de liderar nosso desenvolvimento econômico daqui por diante. Na verdade, ele próprio denuncia a perplexidade do seu governo, e a indecisão nesse assunto, ao dizer a certa altura da entrevista que o seu governo não pode “desestatizar a economia do dia para a noite”, e que “cortamos tudo o que podíamos”, mas “duas despesas são incortáveis: o serviço da dívida e os gastos sociais”. Estes são os argumentos de quem luta contra os cortes. Se os jornalistas estrangeiros estivessem mais bem-informados sobre a situação interna brasileira teriam indagado de imediato qual foi a desestatização efetiva da economia ocorrida já no governo do presidente Sarney. E teriam exibido a seguir as evidências de que nenhuma despesa governamental foi efetivamente cortada em termos reais até agora desde que o novo governo começou. Ao contrário, todas elas subiram, e uma das que mais subiram foi a folha de pagamento da administração direta e indireta.

Todos os nossos credores externos estão clientes da enorme potencialidade econômica deste país. A relutância em nos emprestar “dinheiro novo” ou em investir assim se deve ao fato de que isso inevitavelmente tem de passar pelas mãos do governo; é dinheiro dado ao nosso governo em primeiro lugar — não ao País. E a única coisa que os governos brasileiros conseguiram demonstrar nos últimos anos foi uma inesgotável capacidade de consumir todos os recursos que lhes caem nas mãos e assim aumentar seus déficits. É isso que está politicamente demonstrado. E é por isso que nós também, contribuintes internos, sujeitos ao poder de coação e coerção governamental, temos de resistir de todas as maneiras políticamente válidas e legalmente permisíveis a qualquer pretensão ou proposta de aumento das receitas governamentais, seja qual for a fórmula.

Não queremos, não podemos e não devemos dar mais dinheiro ao governo. Mesmo em se tratando de um governo até aqui bem-intencionado. Essa é a única forma de obrigá-lo realmente a praticar a frugalidade, a fazer economia, a fazer o seu ajuste interno. Foi desse modo — não dando mais nenhum tostão — que os credores nos obrigaram ao ajuste externo, que se evidenciou saudável. E assim será saudável o ajuste interno de que precisamos, mesmo que o corte de gastos pareça recessivo ou anti-social num primeiro momento. Não há nada mais recessivo e anti-social do que uma inflação alta permanente — e é ela que será preservada se dermos mais dinheiro aos nossos governos.